

EIXOS FUNDANTES DA FORMAÇÃO HUMANA: SOCIALIZAÇÃO, TRABALHO E EDUCAÇÃO¹

Founding axes of human formation: socialization, work and education

Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto
Universidade Estadual de Goiás

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão crítica sobre os eixos estruturantes da formação humana: socialização, trabalho e educação. Fundamentado em autores como Marx, Bourdieu, Berger e Luckmann, analisa como o ser humano se constitui enquanto sujeito social em constante processo de construção e reconstrução de sua identidade por meio das interações sociais e das práticas culturais. O trabalho é apresentado como elemento central da humanização, tanto no aspecto material quanto subjetivo, mas também como espaço de alienação e exploração no sistema capitalista. A educação, especialmente no âmbito da escola, é compreendida como instrumento essencial para a construção da autonomia, da liberdade e da consciência crítica dos sujeitos. A autora destaca o papel da escola pública na formação integral dos indivíduos, defendendo práticas pedagógicas dialógicas, emancipatórias e voltadas para a transformação social. Conclui que a formação humana exige o reconhecimento da complexidade das relações sociais e institucionais, valorizando a cultura, a história e a subjetividade dos sujeitos, bem como o compromisso ético e político com a superação das desigualdades.

Palavras-chave: socialização; trabalho; educação

ABSTRACT

The article offers a critical reflection on the foundational axes of human development: socialization, work, and education. Grounded in the works of authors such as Marx, Bourdieu, Berger, and Luckmann, it examines how human beings are constituted as social subjects through continuous processes of identity construction and reconstruction via social interactions and cultural practices. Work is presented as a central element of humanization, encompassing both material and subjective aspects, while also being a site of alienation and exploitation within the capitalist system. Education—particularly within the school environment—is understood as an essential instrument for fostering autonomy, freedom, and critical consciousness. The author emphasizes the role of public education in the holistic development of individuals, advocating for dialogical, emancipatory pedagogical practices aimed at social transformation. The article concludes that human formation requires recognition of the complexity of social and institutional relationships, valuing culture, history, and subjectivity, along with a political and ethical commitment to overcoming inequality.

Keywords: socialization; work; education

¹ Este texto traz recortes de pesquisas realizadas pela autora no seu Mestrado em Educação, dissertação intitulada “A Institucionalização docente na Rede Municipal de Ensino em Goiânia” (Noleto, 2005) e da tese de doutorado intitulada “A Universidade Estadual de Goiás: processos de constituição do *habitus* institucional acadêmico e da gestão universitária” (Noleto, 2018).

INTRODUÇÃO

A questão norteadora que aqui se apresenta é a de perguntar em que e no que a socialização, o trabalho e a educação se articulam para a formação humana emancipadora. Para essa investigação, podemos considerar que não é qualquer forma ou processo de socialização, não é qualquer trabalho humano e não é qualquer ou toda educação. As transformações contínuas no mundo do trabalho e os impactos decorrentes na esfera da educação denotam a importância e necessidade de encontrar novos matizes em torno dessa relação histórica na sociedade capitalista. Por si só, o trabalho e a educação constituem-se como campos sociais, portanto, da dimensão da socialização.

A proposta de investigação valeu-se dessa problematização ao delinear como objetivo geral correlacionar socialização, trabalho e educação com a intenção de lançar luz a esses eixos fundantes da formação humana, tomando-os como expressões do campo social. Em aspecto mais estrito, buscou-se destacar conceitualmente as categorias aqui elencadas; conjugar um *corpus* teórico que contribua com a leitura da sociedade atual, em especial no campo da formação pela educação e trabalho.

Metodologicamente, o artigo resulta de pesquisa teórica em que se concentrou na discussão e desenvolvimento dos conceitos atinentes a essa investigação, bem como à pesquisa bibliográfica em textos basilares de autores de referência que contribuem significativamente para o pensamento crítico e desvelador da realidade social aparente.

Para essa compreensão é preciso elaborar reflexões fundamentadas sobre o trabalho, educação, delimitar os espaços de socialização do sujeito, aquele que nasce, cresce e convive em variados campos sociais (BOURDIEU, 2001) e (Catani, Nogueira, Hey e MEDEIROS, 2017), elaborando e reelaborando continuamente seus aprendizados em inúmeros processos de socialização ao longo de sua vida. É possível considerar essa abordagem como essencial, uma vez que, ao situar a escola como um *locus* privilegiado de educação, bem como tomar o trabalho como objetividade humana, pode contribuir para reflexões sobre essas dimensões que constituem o humano e sua formação.

O SER HUMANO COMO SUJEITO SOCIAL

O ser humano, tomado pela consciência típica e inerente àqueles de sua espécie, em seu processo evolutivo adquiriu características próprias num *mais-além* das espécies integrantes do reino animal, características essas que transcendem a ordem concreta e inscrevem-se no plano da subjetividade. É, pois, o único ser possuidor de uma consciência que lhe dá a capacidade de interferir e transformar a ordem natural, produzir bens materiais e culturais, reproduzi-los e perpetuá-los.

Em um mundo construído e transformado pela relação ou ação do homem com os objetos, há que se questionar as formas, as razões e condições em que tais relações se dão, suas inevitáveis consequências,

assim como as implicações de tais relações na criação e desenvolvimento dos laços sociais. Essa dinâmica relacional do homem com os objetos naturais, bem como aqueles derivados dos processos socio-histórico-culturais determina a forma organizacional de produção e estruturação simbólica específica dos diversos grupos humanos.

Nos processos de socialização, o homem humaniza a natureza criando uma natureza humana para si. É um processo de absorção, introjeção, que não é inato, não acontece automaticamente. Socialização nos moldes de um processo de naturalização é alienação, pois, “não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas o contrário é o seu ser social que determina sua consciência” (Marx, 1978, p. 23). Assim, o homem só pode se reconhecer como homem ao encontrar-se desalienado. Para Marx (1978, p. 23), a consciência se revela e se afirma no mundo, assim como a possibilidade de liberdade do homem.

Berger e Luckmann (2002) nos colocam a refletir que todo organismo social é formado por indivíduos que carregam consigo um conjunto de componentes oriundos da sua formação histórica advinda, em parte, de sua herança genética e de outra, de sua moldagem aos aspectos culturais que cercaram sua história de vida. Nesse sentido, cada ser se torna uno tendo em vista que o componente geneticamente herdado e a história de cada um é única e inerente a cada sujeito social. O sujeito é uno em formação, mas não o é em sua autopreservação biológica ligada ao campo da sobrevivência, ou seja, ele depende de outros para se relacionar no sentido da produção de meios de subsistência e geração de bens que possibilitem a manutenção de sua vida, bem como a produção de objetos que promovam seu conforto e bem estar.

Os autores Berger e Luckmann (2002) afirmam que cada sociedade é marcada por uma forma organizada de produção e consumo. Essas formas organizadas de produção e consumo são determinantes a ponto de fundar em cada sujeito ou grupo social aspectos balizadores da cultura, valores éticos e morais e até mesmo condicionam as maneiras de tais indivíduos se relacionarem socialmente.

Nesse sentido, o ser humano, com suas especificidades, constrói sua humanidade em conjunção com a realidade social, criando ao seu redor uma ambiência de sociabilidade. Desde que nasce inicia seu processo de socialização em um ambiente familiar.

A socialização primária, por exemplo, como bem define Berger e Berger (1988, p. 213) “é o processo por meio do qual a criança se transforma num membro participante da sociedade”. Esse processo ocorre nos momentos iniciais da vida humana, nos ambientes da família, escola, igreja etc. Em função de ser contínuo, o processo de socialização acontece ao longo do tempo de vida ocorrendo, então, as socializações secundárias que, da mesma forma, Berger e Berger (1988, p. 213) compreendem como sendo “todos os processos posteriores, por meio dos quais o indivíduo é introduzido num mundo social específico.”

No tocante ao processo de socialização humana, Berger e Luckmann (2002, p.208-215) tratam, ainda, do que denominam re-socialização, em que o agente social, basicamente pelas possibilidades de maiores e ampliadas relações, interagindo com grupos maiores e em novas

instituições, transforma-se (alterna-se) a partir desses novos ambientes e aprendizados. De forma mais precisa, os autores expõem esse fenômeno social, afirmando que:

A alternância exige processo de re-socialização. Estes processos assemelham-se à socialização primária, porque têm radicalmente de atribuir tons à realidade e por conseguinte devem reproduzir em grau considerável a identificação fortemente afetiva com o pessoal socializante, que era característica da infância. (Luckmann, 2002, p. 208).

Segundo Berger e Luckmann (2002, p. 208), para haver o processo de re-socialização deve haver plausibilidade, ou seja, “esta estrutura de plausibilidade será oferecida ao indivíduo pelos outros significativos com os quais deve estabelecer forte identificação afetiva”. Nesse sentido, para que haja desconstrução do mundo anteriormente sustentado, as novas concepções obtidas nesse processo devem ter a “disponibilidade de um aparelho legitimador para a série completa de transformação” (Berger e Luckmann, 2002, p. 211). Os autores também acrescentam que não só a realidade deve ser legitimada, mas o mais importante é manter e apropriar-se das etapas que levaram a essa nova realidade, ao “abandono ou repúdio de todas as outras realidades.” (Berger e Luckmann, 2002, p. 211). Para tanto, o novo sujeito faz “reinterpretações particulares de acontecimentos e pessoas com significação passada”. (Berger e Luckmann, 2002, p. 212). A re-socialização se dá, então, em função de que a sociedade, a realidade objetiva não é completamente assimilada, socializada ou totalmente transformada por meio dos processos sociais, portanto, indivíduos se apropriam dessas possibilidades ao dar novas interpretações aos novos processos que vivenciam.

Sendo assim, o homem socializa-se na troca de experiências, na concepção e concretização dos limites viáveis à preservação da vida, conhecendo e reconhecendo a força da presença do outro. Nesse sentido, a cultura media a socialização, impedindo o total desaparecimento do homem seja pela instauração de valores morais seja por regras de convivência. Não sendo assim, a barbárie assentar-se-ia com o sentido de autodestruição, impedindo os relacionamentos baseados no respeito mútuo, no entendimento da liberdade, na compreensão das diferenças, e, certamente, não haveria sobreviventes.

Claval (1979, p.13), esclarece que os seres humanos interagem com a natureza inseridos em seu ambiente social e delimitados por tempo e espaço. Analisa que é a cultura que tece as relações sociais, fazendo-as menos conflitantes por meio de um sistema de comunicações. A cultura é produção humana, sendo o resultado histórico humanizado das relações sociais, trazendo, evidentemente, as marcas dos diferentes grupos sociais.

Para Berger e Luckmann (2002, p.173), “o indivíduo não nasce membro da sociedade. Nasce com a predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade”. Para haver a socialização, o indivíduo precisa fazer o movimento de apreensão e interiorização dos significados das relações que estabelece com seus pares e semelhantes. E, nesse

sentido, a sociedade é o espaço em que o indivíduo exercita sua sociabilidade, sua interatividade com os demais indivíduos.

O termo sociedade é definido por Adorno e Horkheimer (1988, p. 263) como,

uma espécie de “contextura formada entre os homens” e na qual uns dependem dos outros, sem exceção; na qual o todo só pode subsistir em virtude da unidade das funções assumidas pelos co-participantes, a cada um dos quais se atribui, em princípio, uma tarefa funcional; e onde todos os indivíduos, por seu turno, estão condicionados, em grande parte pela sua participação no contexto geral. Assim, “o conceito de sociedade define mais as relações entre os elementos e suas descrições comuns.” (grifos meus).

A sociedade é, então, o conjunto das relações e construções estabelecidas entre os indivíduos, grupos, coletividades, em seus estágios de socialização. Uns dependem dos outros no mundo social sendo que as necessidades humanas, nesse sentido, se interligam e se completam.

O homem só existe em sociedade sendo que qualquer atividade humana para legitimar essa condição é produzida coletivamente. O homem precisa da força do coletivo, necessita do agrupamento social e, sendo assim, “a autoprodução do homem é sempre e necessariamente um empreendimento social. Os homens em conjunto produzem um ambiente humano, com a totalidade de suas formações socio-culturais e psicológicas”. (Berger e Luckmann, 2002, p. 74-75).

Para Bourdieu (2001, p. 64 - 67), o agente social como sujeito coletivo é aquele que age conforme o que foi interiorizado do mundo social, exteriorizando em forma de habitus essa interiorização. Também exerce uma autonomia relativa nos campos em que se relaciona porque está limitado pelas institucionalizações do mundo social. O agente social é ele mesmo institucionalizado em vários campos.

Com a configuração da vida social, não se pode perder de vista um dos sentidos inerentes ao ser humano que é a legitimação da liberdade como condição de sua existência. Segundo Paro (2003, p. 107),

[...] o homem constrói sua especificidade e se constrói enquanto ser histórico à medida que transcende o mundo natural pelo trabalho. Ao transcender a mera natureza (tudo aquilo que não depende de sua vontade e ação), o homem ultrapassa o nível da “necessidade” e transita no âmbito da “liberdade”. A liberdade é, pois, o oposto do espontaneísmo, da necessidade natural; é algo construído pelo homem à medida que constrói sua própria humanidade. (grifos do autor)

Nesse entendimento, o homem só constrói sua humanidade com seus semelhantes, nos relacionamentos, no campo do trabalho. As pessoas se produzem historicamente a partir das relações sociais, expressam sua existência socio-histórica e são resultado da educação constituída de forma dialética do sujeito em sociedade.

O TRABALHO COMO ELEMENTO FORMATIVO DO SUJEITO SOCIAL

O trabalho como mecanismo de socialização se dá na medida em que há conformidade para a necessidade de produção da vida social. Assim, “o trabalho não é uma invenção ou escolha teórica. É um fato histórico posto na perspectiva da construção e desenvolvimento do ser humano” (RESENDE, 1992, p. 34, grifos da autora). Nessa perspectiva, não há a opção de manutenção da vida humana sem a contingência do trabalho.

Condenado, racional, pecador e carente, desde sempre encontrará o trabalho como uma determinação fundamental, como uma necessária condição de possibilidade, na produção e modificação de seu ser, de sua consciência, enfim, de sua própria humanidade. (Resende, 1992, p. 33)

Faz-se importante resgatar a reflexão sobre trabalho, no entendimento de sua produção, na construção de objetos, sejam eles objetivos ou subjetivos. Objetivos no sentido de serem materiais, concretos, e, subjetivos com a ideia de produtos imateriais.

Os objetos do trabalho, uma vez realizados, não estão mortos. Ao contrário, enquanto realidades objetivas expressam a complexidade daquilo que são: exteriorizações concretizadas da vida social e da atividade do sujeito que as realizou; e enquanto tal, concreção das subjetividades que neles se depositaram, os objetos realizados são formas vivas. Por isso, ao entrar em contato com tais objetos, os sujeitos estão se relacionando com os outros homens e consigo mesmo. O trabalho, a atividade humana, constitui e explicita, portanto, aspectos que são recorrentes: objetivações sociais da práxis humana, valores, ideais, padrões, instituições, tempos, desenvolvimentos, formas de consciência, sempre no pressuposto da unidade e do antagonismo entre sujeito e objeto. (Resende, 1992, p.36, grifos da autora).

Na sociedade burguesa, capitalista, no universo do trabalho, os processos se dão de forma complexa e configurados pela relação fundamental que demarca a produção de mercadorias: a relação “sujeito x objeto”. Nesse entendimento, “[...] o trabalhador baixa à condição de mercadoria, e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência e à grandeza de sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos [...]” (Marx, 2010, p. 79). Ao se envolver na produção, ao fazer parte do processo de elaboração do produto final, o trabalhador se aliena, ou seja, o objeto constituído como mercadoria não o representa, principalmente à medida que a produção é, em maior nível, fragmentada.

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como

uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

[...] o objeto que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder dependente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa, é a objetivação do trabalho. A efetivação do trabalho é a sua objetivação. [...] a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento, como alienação. (MARX, 2010, p. 80, grifos do autor).

A força humana do trabalho, quando não reconhecida e valorizada como o meio essencial que o homem possui para a livre criação de si mesmo, vai sendo transformada em mercadoria. Por outro lado, uma vez que o trabalhador não produz a mercadoria para seu uso e sim para o mercado, uma vez que o produto de seu trabalho escapa totalmente ao seu controle e parece adquirir vida própria, o processo de produção e circulação das riquezas se obscurece e foge ao entendimento espontâneo do trabalhador.

Antunes (2004) faz um alerta importante sobre a relação trabalho-capital. Acentua que na constituição ontológica do envolvimento do trabalho sob a produção capitalista é importante compreender que esse envolvimento ocorre sob uma relação de subsunção.

Subsunção expressa que a força de trabalho vem a ser, ela mesma, incluída e como que transformada em capital: o trabalho constitui o capital. Constitui-o negativamente, pois é nele integrado no ato de venda da força de trabalho, pelo qual o capital adquire, com essa força, o uso dela; uso que constitui o próprio processo capitalista de produção. [...] nas relações trabalho/capital, além e apesar de o trabalho “subordinar-se” ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro pólo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista. [...] a força de trabalho, além de ser um dos elementos constitutivos da relação social que a aprisiona e “submete”, é também um elemento que nega aquela relação e por isso mesmo sua “subordinação” precisa ser reiteradamente afirmada. (Antunes, 2004, p. 343-344, grifos do autor).

O objeto produzido como resultado do trabalho humano contém em si a significação das subjetividades envolvidas em sua confecção, sendo o resultado das ideias, das intervenções e do conhecimento socialmente produzido. Segundo Resende (1992, p. 44), a consciência, como exteriorização, reverte-se em objetividade. A objetividade, então, revela-se em trabalho e, portanto, na objetivação da consciência o homem encontra o objeto já impregnado de outras consciências manifestadas historicamente no mundo social.

É a história que vai mostrar a transformação da realidade pela práxis humana, ou seja, pelo trabalho. Nas Teses sobre Feuerbach, Marx (1998, p. 99-100) esclarece:

1. Até agora, o principal defeito de todo materialismo (inclusive o de Feuerbach) é que o objeto, a realidade, o mundo sensível só são apreendidos sob a forma de “objeto ou de intuição”, mas não como “atividade humana sensível”, enquanto “práxis”, de maneira não subjetiva. [...].
2. [...] É na práxis que o homem precisa provar a verdade, isto é, a realidade e a força, a terrenalidade do pensamento. A discussão sobre a realidade ou a irreabilidade do pensamento – isolado da práxis – é pura “escolástica”. (grifos do autor).

A necessidade da práxis para o homem no mundo social é aquela da reafirmação de sua existência, enquanto ser dotado da dimensão das relações e da construção cotidiana de sua sobrevivência. O trabalho é a realização social do homem, é o meio em que, além de gerar sua manutenção, lhe confere humanidade.

Heibroner (1988, p.124-129), afirma que apesar de existir diferenciação e diversidade na realidade social do trabalho, podem-se formular algumas referências que o igualam, como a dependência do trabalhador em relação ao salário, a sua subordinação em relação ao controle organizado da administração, o risco de interrupção dos salários (por doenças, acidentes ou mudanças e situações econômicas), a sindicalização, entre outras. Porém, essa homogeneidade do trabalho opõe-se a situações específicas que são marcadas por uma ampla variação na renda, nas qualificações, na estabilidade do emprego, na visibilidade e reconhecimento social, no stress, nas oportunidades de carreira, nas possibilidades de comunicação e na autonomia. Sintomas de heterogeneidade crescente colocam em dúvida se o trabalho assalariado dependente enquanto tal pode ter um significado preciso e compartilhado pela população trabalhadora e seus interesses em atitudes sociais e políticas.

Antunes (2004, p. 335-336), a partir de Marx, atualiza o universo do trabalho quando apresenta as mutações ocorridas no campo da sua produção nas últimas cinco décadas. Destaca que,

[...] com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista [...] dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais. [...] aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, [...] são os terceirizados, subcontratados, part-time, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em escala global. [...] aumento significativo do trabalho feminino [...] e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho part-time, precarizado e desregulamentado. [...] significativa expansão dos assalariados médios no “setor de serviços”, [...] como resultado do amplo processo de reestruturação produtiva, das políticas neoliberais e do cenário de

desindustrialização e privatização. [...] crescente exclusão dos jovens [...] sem perspectiva de emprego, acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho. [...] a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos. [...] crescente expansão do trabalho no chamado “Terceiro Setor” [...] motivadas predominantemente por formas de trabalho voluntário. [...] expansão do trabalho em domicílio, permitida pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas [...]. (grifos nossos).

Avalia-se, nesse contexto, que a exploração capitalista do trabalhador se torna amplamente acentuada no decurso do tempo e da história. As mutações ou a reengenharia desenvolvem-se para maior ganho de lucro e acúmulo de riquezas por parte do capitalista, dono do meio de produção.

O trabalho como formação humana, como possibilidade de realização e de geração de consciência para a autonomia, seria a verdadeira possibilidade de autorreconhecimento humano. Somente exercendo sua autonomia o ser humano tem possibilidade de libertar-se dos mecanismos de dominação.

No sistema de produção capitalista, o trabalho não é uma atividade livre e gratificante. Trata-se de uma carga imposta, sendo que o capital elabora continuamente novas formas de produção, de exploração e de dominação.

O trabalho é a objetivação humana que encontra no produto o seu resultado, e, portanto, o objeto em si. Quanto mais a divisão do trabalho é empregada para a obtenção da mercadoria mais o trabalhador se afasta do produto porque, nessa estrutura, o trabalho aliena o homem tanto de si enquanto sujeito de suas vontades quanto do objeto enquanto resultado desse mesmo trabalho. Nesse sentido, o trabalhador não se vê no produto de seu trabalho, mas necessita dele para sua manutenção, para sua sobrevivência e, enquanto tal, não lhe é prazeroso; a mercadoria o faz subjugado a ela. Nesse momento, o ser humano, também sujeito, é mercadoria.

Segundo Wittmann (2007), a educação de uma pessoa é a soma de suas experiências vividas, pois cada ser humano carrega consigo uma formação histórica, social e individual. Portanto, a grande importância da educação como prática social advém do fato de que ela contribui para a construção histórica do ser humano, reveste-se de um legado cultural, produto da atuação dos nossos antepassados.

A partir de toda essa compreensão é possível concluir que o sujeito se socializa na troca de experiências, na concepção e concretização dos limites viáveis à preservação da vida, conhecendo e reconhecendo a força da presença do outro. A cultura, a educação, o trabalho mediam a socialização, impedindo o total desaparecimento humano.

A EDUCAÇÃO E A ESCOLA COMO LÓCUS FUNDAMENTAL DA FORMAÇÃO HUMANA

É tomada aqui a escola como instituição de educação, que, em boa medida, expressa a educação produzida socialmente e que se institui como importante lugar da formação humana.

Paro (2003, p. 07), reforça a importância da escola, bem como a formação humana por ela promovida. O autor enfatiza que,

[...] sobressai a importância das medidas visando a realização eficiente dos objetivos da instituição escolar, em especial da escola pública básica, voltada para o atendimento das camadas trabalhadoras. Tais objetivos têm a ver com a própria construção da 'humanidade' do educando, na medida em que é pela educação que o ser humano 'atualiza-se' enquanto sujeito histórico, em termos do saber produzido pelo homem em sua progressiva diferenciação do restante da natureza. (grifos do autor).

Para Freire (2000), a concepção de educação vê os sujeitos sociais como seres autônomos, capazes de refletir e transformar a realidade em que vivem.

Educar é construir, é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o papel da História e onde a questão da identidade cultural, tanto em sua dimensão individual, como em relação à classe dos educandos, é essencial à prática pedagógica proposta. Sem respeitar essa identidade, sem autonomia, sem levar em conta as experiências vividas pelos educandos antes de chegar à escola, o processo será inoperante, somente meras palavras despidas de significação real. A educação é ideológica, mas dialogante, pois só assim pode se estabelecer a verdadeira comunicação da aprendizagem entre seres constituídos de almas, desejos e sentimentos (FREIRE, 2000, p. 36-37, grifos do autor).

Conceber o estudante como sujeito, como partícipe dos processos histórico-culturais, significa compreender que a organização do trabalho pedagógico deve ser orientada a partir dele e para ele. É a partir do grupo de estudantes que compõe aquele contexto que as ações pedagógicas do coletivo de profissionais devem ser planejadas, propiciando suas formações.

Toda ação educativa tem uma intencionalidade, seja implícita ou explícita e, portanto, é preciso ter clareza sobre a função da escola e função docente. As ações docentes veiculadas pelos projetos da escola devem estar intrinsecamente relacionadas ao direito dos estudantes, ou melhor, ao direito de aprender.

Essa jornada requer que a escola ensine os alunos a questionar o mundo real e o imaginário, a encarar situações inéditas, a enxergar o que não foi visto, a verbalizar o que não foi dito, o que realmente importa para as pessoas, a sociedade, a humanidade; em suma, pressupõe que a educação, a escola os ensine a refletir sobre ideias, conceitos, teorias, a prática, o que ouvem, veem, leem, assim como as formas de vida em comunidade,

de reconhecer nossa origem e destino comum e suas implicações, a serem vividas pelos homens de maneira digna e honrada. [...] Ao inserir o homem, acima de qualquer diferença, no universo da cultura, a educação, a escola reafirmam sua humanidade, viabiliza e perpetua a indagação sobre o real e o imaginário, as ideias e a prática, o passado e o presente e, portanto, opõe-se à passividade, à falta de questionamento, à aceitação da sociedade atual como se fosse a única possível. (Coelho, 2012, p. 81 e 82).

Nesse sentido, a par de todo o contexto social vigente, a escola deve contribuir para a construção de uma sociedade democrática em que todos os alunos venham a se apropriar dos bens culturais e materiais produzidos ao longo da história e tenham possibilidade de participar efetivamente de sua transformação.

Iniciar os estudantes no mundo da cultura é convidá-los a caminhar, a fazer a experiência da leitura, da escrita, do pensamento, da descoberta, da criação, da busca do saber, da formação intelectual ampla e rigorosa; procurar os meios para chegar a esse mundo e aí estabelecer morada, convivência interrogante, amorosa e de amizade na e pela autonomia e liberdade. É formar os estudantes no convívio com as várias manifestações e expressões do engenho humano; com os conceitos, teorias, leis e técnicas, as formas do verdadeiro, do belo, do sublime, do que é bom e ético. É participar da iniciação dos alunos no saber, criando condições para que descubram os segredos, desvendem dos mistérios do mundo físico e humano, sem esquecer que tudo isso, a começar pelo convite, só se efetiva pela forma da aula, da relação dos professores e alunos com as obras de cultura, pelo rigor e dimensão interrogante do ensinar e do aprender. (Coelho, 2012, p. 80).

É importante compreender que estudantes e professores, bem como todos os profissionais, pais e responsáveis que compõem a comunidade escolar são produtores de história e cultura, têm uma origem social, são sujeitos de um tempo histórico. Não se pode, portanto, desconsiderar a complexidade dos processos que são estabelecidos no ambiente escolar, compreendendo que a escola, na conjunção de todos esses matizes, também elabora cultura.

A escola acolhe as interferências do contexto social em que está inserida. As relações do mundo do trabalho, da economia, da política, da cultura, os conflitos, movimentos e lutas advindas da população, dentre outros elementos que estão presentes no universo escolar. A escola, como instituição para onde convergem questões inerentes à sociedade, não está imune, inerte ou alheia a esses processos.

Freitas (2003, p. 16-17) afirma que:

[...] a escola não é uma ilha no seio de uma sociedade e não pode fazer tudo, independentemente das condições desta mesma sociedade. Ela tem um papel a jogar na formação do aluno, mas esse papel não pode ser visto de forma ingênua, como se a escola tudo pudesse.

A instituição escolar não se constitui como um espaço para a redenção dos sujeitos. Porém, quando o trabalho é articulado internamente, com a parceria das famílias e de toda a comunidade escolar, considerando seus limites e possibilidades, segundo Arroyo (2006), ele deve contribuir para a formação de sujeitos atuantes, críticos, atentos à organização e movimento da sociedade, sujeitos que incidem sobre os processos sociais e também sujeitos com direito aos conhecimentos.

A escola, no conjunto de seus profissionais, tem como função elaborar, reelaborar e ampliar os saberes trazidos pelos estudantes, constituir-se como espaço privilegiado para a apropriação do conhecimento já produzido pela humanidade e para a produção de conhecimentos novos aos alunos.

Todos os seres humanos são capazes de aprender, desde que sejam respeitados seus ritmos, tempos, saberes, experiências e sua cultura. Aprender a relacionar-se, a posicionar-se diante dos problemas e situações desfavoráveis, a planejar coletivamente. Respeitar e conviver com a diversidade presente no universo social, com o contraditório, reconhecer a importância da existência do outro. Em outras palavras, a aprendizagem é concebida como um processo articulado com a estruturação das subjetividades humanas, mobilizando concomitante e integralmente as dimensões cognitivas, sociais, estéticas, físicas, emocionais, dentre outras.

O professor tem papel fundamental nos processos de aprendizagem dos estudantes, ou seja, como processo ensino-aprendizagem, este requer interação dialógica entre todos na sala de aula, assim como, ser o mobilizador das construções lógicas que promovem o raciocínio, realizando intervenções pedagógicas para a construção do conhecimento.

Temos dificuldades em provocar a sensibilidade, imaginação e a reflexão dos estudantes, em ajudá-los a compreender as buscas da humanidade, dos autores e criadores de várias épocas e culturas, começando pela compreensão dos significado, pressupostos e implicações dos termos e argumentos, dos textos e caminhos percorridos por leitores, estudiosos, pesquisadores e estudantes ao longo da história; das incertezas dos que trabalham na educação infantil, nos anos iniciais aos mais elevados graus e níveis do ensino universitário, no exercício do ofício de ler, estudar, escrever, ensinar e formar gerações. (COELHO, 2012, p. 65 e 66, grifos do autor).

Os objetivos da escola e dos profissionais da educação devem se reverter em ações efetivas para a construção de saberes relevantes ao assumirem o princípio de que todos são capazes de aprender e intervir no mundo ao seu redor.

Nas aulas, no ensino, na aprendizagem, no trabalho de professores e estudantes, o fundamental não é o conteúdo, a informação, a novidade, o resultado do trabalho dos estudiosos da área, a ser aceito e guardado porque está nos livros e no ensino. Pelo contrário, é a forma, a compreensão do sentido, dos pressupostos e implicações do que foi e será lido e feito na escola e na sociedade, em

todos os aspectos e dimensões e, sendo ensinado e compreendido; será apreendido; é a reflexão, a criação, o rigor e a crítica no trabalho com os livros, as ideias e os temas, e na realização das atividades. Com efeito, é a forma, inseparável do conteúdo, que determina, faz a educação e a escola, por exemplo, serem e agirem de determinado modo, conforme sua natureza. [...] A forma, o trabalho de professores e alunos, sua incansável busca do sentido e dos nexos constitutivos das coisas, do mundo, dos textos e do pensamento, é inerente ao ser e a existência da educação, da escola e da formação, e realiza a dimensão interrogantes e desestabilizar da leitura, da escrita, do estudo, do saber e da aula. É próprio desse trabalho, pensar e recriar essas realidades que, frequentemente, parecem mortas, sem sentido, causando tédio e sono. (Coelho, 2012, p. 73, grifos do autor).

As escolas se constituem em espaços de formação de sujeitos, em lugares de poder e de decisões, em que se tem a possibilidade de, coletivamente, definir objetivos no campo pedagógico, administrativo e profissional, de modo a afirmar a autonomia dos professores. Essa possibilidade só se concretiza com a descentralização do poder, burocraticamente instituído. A construção desse modelo burocratizado é histórica, revelando os processos que constituíram a organização e as finalidades da escola e, na atualidade, precisa ser desconstruído.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A par do estudo realizado e dos objetivos estabelecidos, é possível destacar alguns achados importantes que contribuem para a compreensão do tema.

Como um ponto significativo, há a ratificação do entendimento que o homem só constrói sua humanidade com seus semelhantes, nos relacionamentos. Essa relação com o outro deve ser mantida em uma horizontalidade, pois, não sendo assim, a relação é de subordinação, de dominação de um pelo outro. A necessidade de horizontalidade das relações é aquela da manutenção de sua não-degradação, não se concebendo a possibilidade de relações entre coisas. É possível pensar que os seres humanos interagem com a natureza, inseridos em um ambiente social e delimitados por tempo e espaço. Nessa condição, como seres gregários, é a cultura que tece as relações sociais entre os homens, fazendo-as menos conflitantes por meio de um sistema de comunicações. Esses elementos são fundamentais para a construção da sociabilidade, como resultado de processos de socialização.

Nesse caminho, a cultura é produção humana, sendo o resultado histórico humanizado das relações sociais, trazendo, evidentemente, as marcas dos diferentes grupos sociais. São relações demarcadas por lutas, contradições, dominâncias, violências. Mesmo sendo gregários, a sociabilidade não se dá de forma tranquila; os sujeitos sociais se debatem em posições e estabelecem objetiva e subjetivamente, concreta e simbolicamente relações de poder.

É importante também considerar, que, de forma acentuada na atualidade, a alienação é ainda mais intensa nos estratos precarizados da força humana de trabalho, que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e em condições de instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho temporário, pelo subemprego precarizado, pela não qualificação do trabalhador, pelo acirramento dos modos de exploração no trabalho. Sob a condição da precarização, o estranhamento assume a forma ainda mais intensificada e mesmo brutalizada, pautada pela perda (quase) completa da dimensão de humanidade. Nos estratos mais penalizados pela pauperização e exclusão do trabalho, o estranhamento e o fetichismo capitalista são diretamente mais desumanizadores e bárbaros em suas formas de vigência.

É necessário acentuar, a partir da correlação socialização e trabalho que, para compreender o trabalho como realidade humana, faz-se importante destacar que o homem tem a necessidade do trabalho, no que tange a garantia de sua subsistência. Além da necessidade, o trabalho é também uma das formas humanas, se não a mais significativa, de estabelecer relações no campo social. Entretanto, as relações de trabalho no sistema capitalista estão longe de ser pacíficas ou conter passividade por parte dos trabalhadores.

Sob outro aspecto, é necessário refletir que o trabalho educativo se faz com sujeitos que podem interferir com suas práticas na transformação do mundo social, por meio da sua ação no campo educacional. O professor tem papel relevante nessa possibilidade de mudança, uma vez que pode atuar de modo significativo no processo de atualização histórico-cultural das novas gerações no contexto de uma educação de qualidade social, que busque incluir aqueles que são excluídos socialmente.

As interações que as instituições sociais produzem no espaço social são, por assim dizer, o que lhes dão a posição no seu campo de atuação. Em aspecto pontual, as instituições educativas estabelecem-se no campo da educação a partir do que construíram com ações de legitimação e sedimentação de suas tradições, em relações de poder dentro do campo específico e também fora dele, ou seja, no seio da comunidade mais ampla.

Sendo assim, uma questão bastante importante que perpassa o interior das instituições educativas, é a do contexto em que se estabelecem as relações. Além disso, as estruturas de poder também se estabelecem em todas as instituições e relações humanas. A linguagem, os ritos, os comportamentos, são apreendidos nas relações estabelecidas nas instituições formadoras.

De qualquer modo, é preciso compreender a contradição que está presente no processo de produção do trabalho escolar, assim como deve estar presente na interpretação da realidade social. Por ser uma produção da e para a realidade social, a escola em sua tarefa de atualização histórico-cultural do homem, a partir dos conhecimentos e saberes socialmente construídos, encontra-se submersa em contradições no que tange às possibilidades de reprodução e de transformação da sociedade.

Ao final, considera-se que há uma importante e intrínseca relação entre processos de socialização, trabalho e educação, havendo, portanto, necessidade de confrontar e apresentar as contradições estruturais do modo de produção capitalista que mediam esses processos. Nesse sentido, não se pode perder de vista o movimento de configuração e reconfiguração da educação e trabalho, suas implicações, não só nas alterações da política econômica e educacional, mas também na formação do trabalhador.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 10. ed. São Paulo: BOITEMPO, 2004.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. 12. ed. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1988.

ARROYO, Miguel Gonzales. Os educandos, seus direitos e o currículo. In: BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Indagações sobre o currículo**. Brasília: MEC, 2006.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. **Socialização**: como a cultura é internalizada. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1988.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 34. ed. Petrópolis: VOZES, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 14. ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2001.

CATANI, Afrânio Mendes; NOGUEIRA, Maria Alice; HEY, Ana Paula; MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de (org.). **O vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 2017.

CLAVAL, Paul. **Espaço e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores S.A., 1979.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Qual o sentido da escola? In: _____. (org.). **Escritos sobre o sentido da escola**. Campinas: Mercado de LETRAS, 2012. p. 59-85.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 36. ed. São Paulo: Paz e TERRA, 2000.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Ciclos, seriação e avaliação**: confronto de lógicas. São Paulo: MODERNA, 2003.

HEILBRONER, Robert L. A natureza do processo econômico. In: _____. **A questão econômica**: história e panorama das grandes doutrinas. São Paulo: NOVA CULTURAL, 1988. p. 124-129.

MARCUSE, Herbert. **Razão e Revolução** – Hegel e o advento da Teoria Social. Tradução Marília Barroso. Rio Janeiro: Paz e TERRA, 1978.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: ABRIL CULTURAL, 1978. (Os Pensadores)

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: ABRIL CULTURAL, 1978. (Os Pensadores)

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: NOVA CULTURAL, 1996. (Os Economistas)

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. 4. ed. São Paulo: BOITEMPO, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Luís Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: MARTINS FONTES, 1998.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. Reformas neoliberais e políticas públicas: hegemonia ideológica e redefinição das relações Estado-sociedade. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 13-24, 2004.

PARO, Vitor Henrique. Gestão da escola pública: alguns fundamentos e uma proposta. In: _____. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2003. p. 107-114.

RESENDE, Anita Cristina. **Fetichismo e subjetividade**. 1992. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SÃO PAULO, 1992.

WITTIMANN, Luciana Cristina. **Gestão do trabalho pedagógico**. Curitiba: IBPEX, 2007.

Contato da autora:

Autora: Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto
e-mail: sylvana.bernardi@gmail.com

Manuscrito aprovado para publicação em: 17/06/2025